

RECONFIGURAÇÃO DE PODER E TRANSIÇÃO DE CICLOS POLÍTICOS: O (O)CASO DO FERREIRAGOMISMO NO CEARÁ (2014 A 2026)¹

Monalisa Torres²
Vitor Sandes³

RESUMO

Desde a redemocratização, a política cearense tem sido marcada pela atuação de grupos hegemônicos capazes de articular amplas coalizões e controlar o Executivo estadual. Entre eles, destacou-se o grupo liderado por Cid e Cid Ferreira Gomes que, a partir de 2006, consolidou uma das mais duradouras experiências de hegemonia política no Nordeste nos anos recentes. Contudo, após o fim do governo Cid Gomes, em 2014, o grupo passou a enfrentar desgaste progressivo, marcado por fragmentação interna, perda de capacidade de coordenação política e rompimento com aliados. O ponto de inflexão ocorreu nas eleições de 2022, quando o ferreiragomismo sofreu uma implosão que reconfigurou o quadro de forças políticas no Ceará. Este artigo analisa o processo de declínio do ferreiragomismo e seus desdobramentos no rearranjo das elites políticas cearenses entre 2014 e 2026. Parte-se da hipótese de que o enfraquecimento do grupo não decorre apenas de derrotas eleitorais, mas de fatores estruturais, como a personalização da liderança, o desgaste de alianças estratégicas, a ausência de sucessores capazes de renovar o projeto político e a redefinição dos cálculos das elites diante da corrosão de seu capital político. Nesse contexto, a possível candidatura de Cid Gomes ao governo estadual em 2026 é interpretada como tentativa de reversão de um ciclo político em declínio. Metodologicamente, o trabalho combina análise de dados eleitorais, mapeamento de redes políticas e exame das mudanças no contexto político estadual. Ao fazê-lo, busca contribuir para o debate sobre hegemonia, circulação de elites e transições políticas em contextos subnacionais.

Palavras-chave: hegemonia. grupos políticos. Ferreiragomismo. transição de ciclos políticos. Ceará.

POWER RECONFIGURATION AND TRANSITION OF POLITICAL CYCLES: THE CASE OF FERREIRA GOMISMO IN CEARÁ (2014 TO 2026)

ABSTRACT

Since the redemocratization, politics in Ceará has been marked by the actions of hegemonic groups capable of articulating broad coalitions and controlling the state's executive branch. Among them, the group led by Cid and Cid Ferreira Gomes stood out, consolidating one of the longest-lasting experiences of political hegemony in the Northeast in recent years, starting in 2006. However, after the end of Cid Gomes's government in 2014, the group began to face progressive erosion, marked by internal fragmentation, loss of political coordination capacity, and a break with allies. The turning point occurred in the 2022 elections, when Ferreira Gomes's political movement

¹ Este artigo foi apresentado no “GT: Instituições e Poder: Parentescos e Genealogia” que compôs a programação do 14º Seminário de Sociologia e Política, promovido pela Universidade Federal do Paraná -UFPR, entre os dias 4 a 6 de maio de 2026.

² Doutora, professora do curso de Ciências Sociais da UECE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2272-4187>. Contato: monalisa.torres@uece.br

³ Doutor, professor do curso de Ciência Política da UFPI. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0186-6709>. Contato: vitorsandes@ufpi.edu.br

suffered an implosion that reconfigured the political power structure in Ceará. This article analyzes the decline of the Ferreira Gomes political group and its repercussions on the rearrangement of Ceará's political elites between 2014 and 2026. It hypothesizes that the group's weakening stems not only from electoral defeats but also from structural factors such as the personalization of leadership, the erosion of strategic alliances, the absence of successors capable of renewing the political project, and the redefinition of elite calculations in the face of the erosion of their political capital. In this context, Ciro Gomes' potential candidacy for state governor in 2026 is interpreted as an attempt to reverse a declining political cycle. Methodologically, the work combines analysis of electoral data, mapping of political networks, and examination of changes in the state's political context. In doing so, it seeks to contribute to the debate on hegemony, elite circulation, and political transitions in subnational contexts.

Keywords: hegemony. political groups. Ferreiragomismo. political cycle transitions. Ceará.

Introdução

Desde a redemocratização, a política cearense tem sido marcada pela atuação de grupos hegemônicos capazes de organizar e gerenciar amplas e heterogêneas coalizões, controlar o Executivo estadual e influenciar diferentes arenas de poder. Entre esses grupos, destacou-se aquele liderado pelos irmãos Ciro e Cid Ferreira Gomes que, a partir de 2006, estruturou uma das mais duradouras experiências de hegemonia política no Nordeste brasileiro dos anos recentes. O fim dos governos de Cid Gomes (PSB), em 2014, inaugurou período de desgaste progressivo do grupo, caracterizado por fragmentação interna, pela fragilização da capacidade de coordenação política e pela conversão de antigos aliados em adversários estratégicos.

O ponto de inflexão ocorreu nas eleições de 2022, quando o ferreiragomismo enfrentou sua maior crise, culminando com a implosão do grupo e o fim da histórica aliança com o PT, resultando em reacomodação de lideranças e grupos e reorganizando o quadro de forças políticas a nível estadual. Ainda assim, o ferreiragomismo deixou um legado institucional, discursivo e organizacional que continua a influenciar a política cearense.

Este trabalho se dedica a análise de alterações de posição de lideranças, vinculadas ao grupo ferreiragomista no Ceará entre 2014 e 2026, e discute em que medida é possível falar (ou não) de declínio de sua força. A discussão parte do pressuposto de que o (possível) declínio do grupo não pode ser tributado apenas a derrotas eleitorais, mas por fatores estruturais, como o enfraquecimento de aliados estratégicos, a personalização de liderança, a ausência de herdeiros políticos capazes de renovar o projeto e a redefinição dos cálculos políticos das elites diante da corrosão do capital político do grupo. Adicionalmente, os primeiros movimentos políticos de Cid e Ciro Ferreira Gomes, visando a disputa eleitoral de 2026, serão incluídos no corpus da análise aqui desenvolvida uma vez que sugerem resiliência e reposicionamento dos irmãos

frente aos seus concorrentes. Do lado governista, por exemplo, os esforços de Cid Gomes para ampliar a bancada do PSB cearense, transformando-o na maior legenda no estado. No campo da oposição, as tratativas de Ciro Gomes (PSDB), na costura de uma composição à direita para a corrida eleitoral ao governo do Ceará com competitividade para enfrentar a máquina petista.

Para a compreensão da dinâmica política cearense adotamos a noção de grupo político desenvolvida por Rejane Carvalho (2014) e trabalhada por Cleyton Monte (2019) e Monalisa Torres e Cleyton Monte (2025). O termo refere-se a um arranjo político informal, por vezes suprapartidário, que reúne lideranças políticas antes por fidelidade a um líder que por afinidade ideológica. A precária unidade entre seus membros reforça a necessidade do líder, uma *persona* política com habilidades de tecer acordos, montar alianças estratégicas e capacidade de acesso aos recursos da máquina pública. A mobilização da noção de grupo político nos é útil na medida em que nos permite compreender as ambiguidades das alianças e estratégias políticas adotadas pelos irmãos Cid e Ciro Gomes e seus desdobramentos ao longo do período avaliado.

A adoção do adjetivo “ferreiragomista” revela, nesse trabalho, esforço em caracterizar um grupo que possui traços e *modus operandi* próprios: a despeito do grupo político possuir um “núcleo duro”, constituído pelos irmãos Ferreira Gomes, que dividiam as tarefas de coordenação nas três esferas de poder, cada um exercendo um papel específico no gerenciamento da rede política a eles ligada, há o compartilhamento de espaços de poder entre seus aliados. Expediente que permitiu a composição e manutenção de grandes coalizões incongruentes. O termo ferreiragomismo refere-se, portanto, a centralidade dos irmãos e ao perfil personalizado de suas decisões, que dão a tônica dos movimentos do grupo.

A reconstrução dos contextos eleitorais em que foi possível observar a (re)composição das coalizões e a estratégias adotadas pelos grupos em concorrência foram realizadas a partir do acervo de veículos de cobertura política e seus principais analistas (Diário do Nordeste, O Povo, Opinião/CE, entre outros). Complementaram a análise os dados eleitorais disponíveis no sítio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/CE), que permitiram a observação do desempenho eleitoral de grupos e seus desdobramentos no quadro de forças estadual.

Além dessa introdução, o artigo está dividido em quatro sessões. Na segunda sessão, recuperamos brevemente, à luz da noção de grupo político, a ascensão do grupo ferreiragomista, suas características e *modus operandi*. Com foco nas disputas eleitorais, momento no qual as estratégias de manutenção de alianças tornam-se mais nítidas, a terceira sessão analisa quais elementos corroboraram para o enfraquecimento do grupo, desde a sucessão de Cid Gomes,

com a eleição de Camilo Santana (PT) em 2014 até o processo que culminou com o fim da aliança PT-Ferreira Gomes nas eleições de 2022. As conclusões revelam o esforço dos irmãos Cid Gomes (PSB) e Ciro Gomes (PSDB), hoje em campos distintos de disputa, em manterem-se relevantes na arena política cearense e a resiliência de suas lideranças.

Esta discussão é parte de uma pesquisa mais ampla, que objetiva compreender a dinâmica de funcionamento de grupos políticos atuantes no Ceará em anos recentes com foco na atuação daquele comandado pelos irmãos Ferreira Gomes. Além disso, colabora com a agenda de pesquisa sobre (circulação de) elites políticas em contexto subnacional.

A ascensão do ferreiragomismo no Ceará (2006 a 2014)

A vitória de Tasso Jereissati (PMDB) ao governo do Ceará em 1986 inaugurou período de profundas mudanças no estado desde a racionalização da administração pública, a política de construção de grandes obras, marcas de suas gestões, até a inauguração de um estilo de comunicação política que serviu de vitrine para outros governos e campanhas eleitorais país afora. Seu modelo de gestão pública e capacidade de articulação política fizeram do PSDB⁴, nos pleitos seguintes, a maior máquina partidária do Ceará, projetando Tasso Jereissati como sua principal liderança política durante duas décadas. Pesquisadores voltaram a atenção para o Ceará a fim de entender em que bases se estruturou o poder de um empresário que sem trajetória política anterior, sem “padrinhos ou herdeiros políticos”, antagonizando com as principais forças políticas locais, coordenou um dos mais longevos agrupamentos políticos da história recente do estado.

As questões de pesquisa giravam em torno das ambiguidades de um agrupamento político que combinava “elementos modernos” com aspectos considerados “tradicionais” da política. Se por um lado, os governos Jereissati conseguiram desarticular os últimos redutos dos coronéis cearenses, imprimiram um modelo gerencial de administração pública e racionalização do Estado, foram responsáveis pela modernização e interiorização da indústria cearense e implementação de grandes políticas de impacto social (a exemplo dos Agentes de Saúde que reduziram drasticamente a mortalidade infantil). Por outro, constituíram uma máquina política, ramificada em diferentes espaços de poder, centrada no domínio pessoal de Tasso Jereissati,

⁴ Tasso Jereissati foi um dos fundadores do PSDB em 1988. No Ceará, transformou-se em sua principal liderança, elegendo-se governador (em 1994 e 1998) e senador (em 2002 e 2014), sendo peça chave na eleição de outros governadores e parlamentares pela legenda.

que desafiou a lógica de alternância no poder e conseguiu reduzir a oposição a algumas poucas lideranças radicadas em Fortaleza. Características para as quais a noção de grupo político pareceu útil, uma vez que “permite o entendimento das características tradicionais da política brasileira (patrimonialismo e personalismo) que se amoldam às exigências da modernização das relações políticas” (Monte, 2019, p. 121).

O tassismo, assim denominado o período de hegemonia política do grupo liderado por Tasso Jereissati (entre 1986 a 2006), serviu de caso empírico para a elaboração da noção de grupo político e seus correlatos “chefe político e ciclo político”⁵. Desse modo, grupo político organiza-se a partir de 1) um “chefe político” que centralize as decisões do grupo, que possua articulação nos diferentes níveis de poder com capacidade de agregar seguidores políticos; o que possibilita 2) acesso a máquina pública, recurso necessário tanto para a manutenção da rede política quanto da base eleitoral. Nesse caso, a “política do favor” apresenta-se de maneira menos explícita, convertendo-se antes em distribuição preferencial de recursos públicos às bases eleitorais dos aliados. Assim, 3) o adesismo e a composição de extensas coalizões de governo passam a ser elementos comuns, esvaziando e enfraquecendo as oposições, o que, em alguns casos, converte-se em 4) eleições pouco competitivas e em 5) ciclos políticos longevos.

Cabe ressaltar que essa configuração, marcada pelo caráter personalista da liderança e pelo controle dos recursos da máquina pública, favorece a constituição de redes políticas que frequentemente transcendem clivagens ideológicas e filiações partidárias formais. Nessa lógica, o elemento de coesão entre os diferentes membros não reside prioritariamente no alinhamento programático, mas na fidelidade ao chefe político, no reconhecimento de sua autoridade e nas expectativas de acesso a posições de poder. Em contextos de transição de ciclos políticos, no entanto, tais bases tendem a apresentar maior instabilidade e fluidez, refletindo rearranjos estratégicos e redefinições de lealdade.

Nesse sentido, a análise dos resultados eleitorais adquire relevância analítica, na medida em que opera como indicador empírico da força relativa dos grupos políticos a partir do desempenho das legendas as quais seus líderes estão vinculados seja nas eleições estaduais — considerando a composição das bancadas na Assembleia Legislativa, na Câmara federal e no Senado —, seja na arena local, por meio do número de prefeituras conquistadas. Permite também observar o nível de dispersão e reorganização de lideranças políticas em momentos de

⁵ Ver estudos de Rejane Carvalho.

transição de ciclos políticos. A tabela 1 e os Gráficos 1 e 2 apresentam o desempenho partidário das siglas que abrigaram os governadores Tasso Jereissati, Cid Gomes e Camilo Santana durante o período de 1986 a 2024. Os gráficos representam o desempenho partidário nas eleições proporcionais (Câmara e Senado) enquanto a tabela foca nas eleições municipais.

Tabela 1 - Desempenho dos partidos dos governadores nas eleições municipais no Ceará (1988 a 2024)

PARTIDO	1988*	1992**	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020	2024
PSDB	----	92	78	83	70	54	13	14	04	02
PMDB/MDB	60	20	22	12	18	33	21	28	16	09
PT	01	02	01	02	12	15	26	15	18	46
PDT	01	26	10	0	03	02	09	49	65	05
PPS	----	0	04	17	38	02	0	01	----	----
PSB	0	01	03	03	02	22	40	02	08	65
PROS	----	----	----	----	----	----	0	01	03	00

* Atas do TRE/CE com inconsistências, o que pode distorcer algumas informações. Ceará possuía 178 municípios.

**Ceará composto por 184 municípios, configuração que permanece até hoje.

Em negrito, destacamos o desempenho partidário das legendas de filiação de Cid e Ciro Gomes entre 1997 a 2022.

Fonte: elaboração própria com base nos dados do TRE/CE, 2026.

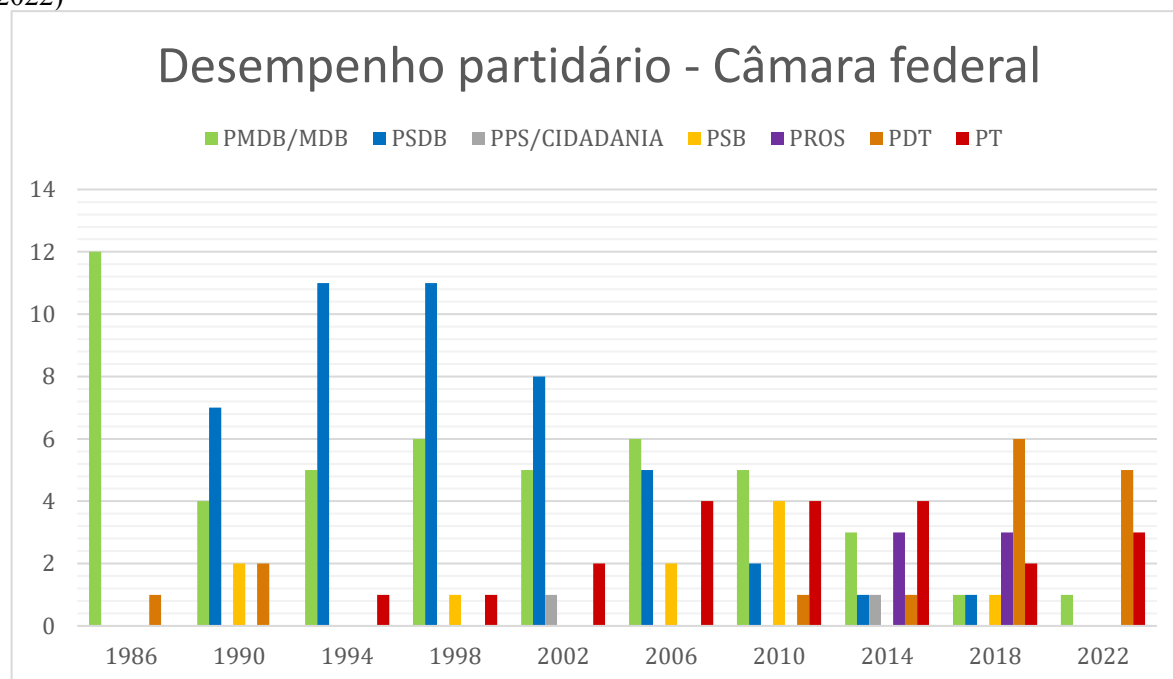
No que se refere ao desempenho partidário do PSDB tassista nas eleições municipais, a Tabela 1 evidencia um período de rápida expansão seguido de estabilização de sua presença no conjunto dos 184 municípios cearenses entre 1992 e 2004, quando a sigla alcançou o patamar de 92 prefeituras conquistadas. A partir de 2004, observa-se um movimento contínuo de retração de sua força política, com abrupta queda em 2012, culminando em seu quase desaparecimento no pleito de 2024, ocasião em que o partido elegeu apenas dois prefeitos, nos municípios de Massapê e Iguatu. Quando se considera o PPS, legenda que recebeu os irmãos Ciro e Cid Gomes⁶ a partir de 1997, nota-se crescimento da legenda entre 1996 e 2000, quando chegaram a 17 prefeituras. Em 2004, véspera das eleições estaduais, o PPS ampliou sua

⁶ Uma das razões de mudança da legenda refere-se as pretensões nacionais de Ciro Gomes, uma vez que não encontrou espaço no PSDB para a disputa presidencial em 1994 e, com a possibilidade de reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1998. Assim, naquele momento, o PPS oferecia as condições necessárias para uma disputa presidencial além de um ambiente favorável para a atuação do grupo ferreiragomista, que se consolidava a nível estadual.

presença para 38 prefeituras, constituindo-se base política importante para a autonomização e reorganização do grupo liderado pelos irmãos Ferreira Gomes.

Esse foi o cenário que se montou para a sucessão ao governo do Ceará em 2006. O último cavaleiro do mudancismo⁷, o então governador Lúcio Alcântara (PSDB), sem bases políticas próprias e colhendo os desgastes de um ciclo político que já apresentava sinais de esgotamento, esperava o apoio do seu líder para sua candidatura à reeleição naquele ano. Tasso Jereissati, ao contrário, antecipando o encerramento do tassismo, articulou, informalmente, apoio à candidatura de uma liderança em ascensão, e, até então, aliado, Cid Ferreira Gomes (PSB). Compondo uma frente de esquerda, com apoio de Lula (PT) e de outras lideranças do campo progressista cearense, Cid Gomes foi eleito ainda em primeiro turno, inaugurando um novo ciclo político no Ceará.

Gráfico 1 - Desempenho dos partidos dos governadores nas eleições para a Câmara Federal (1986 a 2022)



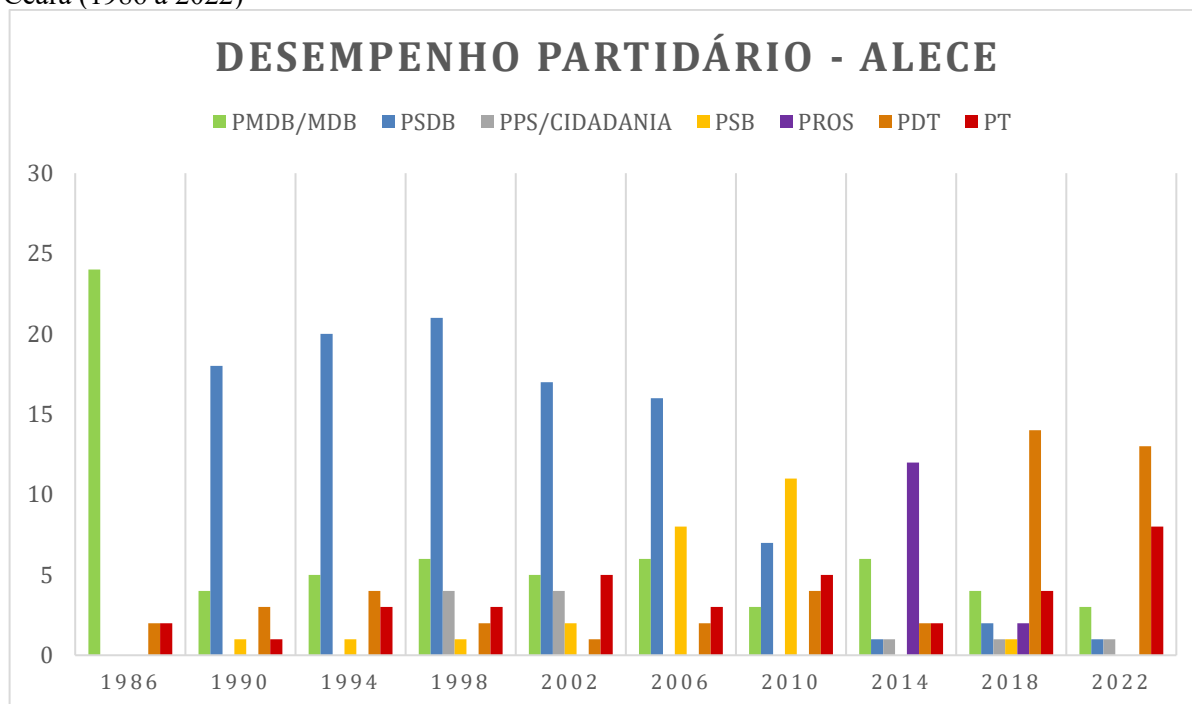
Fonte: elaboração própria com base nos dados do TRE/CE, 2026.

Vale lembrar que o realinhamento eleitoral ocorrido no Nordeste, favorável aos partidos de esquerda como desdobramento dos bons resultados das políticas do primeiro governo Lula,

⁷ Mudancismo foi o outro nome dado ao ciclo político tassista. O termo refere-se ao que a imprensa e pesquisadores denominaram por “Era das Mudanças”, em alusão ao conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais implementadas pelos governos tucanos no Ceará.

produziu mudanças significativas nos executivos estaduais na região. Cenário que oportunizou o reposicionamento de Cid e Ciro Gomes na arena política cearense e testou sua capacidade de articulação política. Em 2006, numa composição com o PT, Cid Gomes (já no PSB) foi eleito em primeiro turno com 62,38% dos votos válidos. O PCdoB, seu aliado, ficou com a única vaga ao Senado (com Inácio Arruda). O PSB, antes sem representação nas casas legislativas pelo Ceará, elegeu dois deputados federais, sendo um deles o ministro Ciro Gomes (PSB), campeão de votos naquele ano. Os socialistas também elegeram a segunda maior bancada na ALECE, oito parlamentares, atrás apenas do PSDB, com 16 (um a menos que no pleito anterior), que paulatinamente foi perdendo o protagonismo para o partido dos Ferreira Gomes e de seus aliados.

Gráfico 2 - Desempenho dos partidos dos governadores nas eleições para a Assembleia Legislativa do Ceará (1986 a 2022)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do TRE/CE, 2026.

Os governos Cid Gomes (2007 a 2010 e 2011 a 2014) ficaram conhecidos pela combinação entre equilíbrio fiscal e investimentos sociais, pela construção de obras de grande porte, pelo destaque nas políticas de educação e aumento de investimento na área da segurança pública. Além disso, a composição de amplas e incongruentes coalizões de governo e eleições pouco competitivas consolidaram a marca de seu ciclo político. Naquele momento, é possível

observar maior presença do PSB e de seus aliados nos municípios quando comparado a hegemonia tucana em anos anteriores. A título de comparação, se nas eleições municipais de 2008, o PSDB ainda figurava como a maior legenda em número de prefeituras – 53 contra 22 conquistada pelos socialistas –, em 2012, as posições se inverteram: PSB conquistou 40 prefeituras enquanto o PSDB, apenas 13. Em agosto de 2010, o governador gozava de 52% de aprovação, segundo Datafolha, sendo o franco favorito nas eleições daquele ano que consolidaria a hegemonia do ferreiragomismo o Ceará.

Com uma base ampla e uma oposição fragmentada, Cid Gomes (PSB) foi novamente eleito em primeiro turno (61,27% dos votos válidos). Os aliados PMDB e PT também foram vitoriosos na disputa senatorial, com a dobradinha Eunício Oliveira e Pimentel, respectivamente. Em 2010, a bancada pessebista dobrou na Câmara federal, passando a quatro parlamentares, e assumiu a liderança na ALECE, onde conquistou 11 cadeiras.

Diferente do grupo tassista, cuja chefia girava em torno de um único líder e cujos espaços de poder eram, preferencialmente, distribuídos entre os membros de seu partido, o que também representou hegemonia do PSDB nas disputas eleitorais fossem elas locais ou estaduais (ver Tabela 1 e Gráficos 1 e 2). O grupo ferreiragomista adotou características distintas. A primeira diz respeito ao núcleo duro do grupo, compartilhado entre os irmãos Cid e Ciro Gomes que concentravam as principais decisões (como a escolha dos nomes a ocuparem os principais postos, as alianças a serem mantidas ou rompidas, quais eleições deveriam concentrar esforços, por exemplo) e dividiam atribuições. A segunda, ao esforço em ampliar a base política a partir de uma política de compartilhamento dos espaços de poder entre seus parceiros, mesmo quando de outros partidos (e campos ideológicos), o que diversificava o perfil de suas coalizões, efeito também perceptível quando se considera o desempenho partidário nas eleições com maior equilíbrio entre o PSB e seus parceiros, sobretudo PMDB e PT.

Essa configuração admite a concentração de poder no núcleo e a ramificação na base, possibilitando a atração de aliados fortes politicamente sem, no entanto, perder a influência sobre seu conjunto. O que não significa estabilidade do condomínio político-partidário. Ao contrário, gerenciar interesses divergentes, conflitos entre aliados, sobretudo em momentos de definição de candidaturas apresenta-se como tarefa sempre árdua. O que tornava fundamental, para além da capacidade de negociação de seu maestro, a articulação com parceiros bem posicionados no jogo político. A aposta na aliança com o PT nacional, seguindo uma lógica de situacionismo verticalizado, buscava atender a essa condição. Foi essa escolha estratégica, por

exemplo, que contribuiu para a vitória eleitoral de Cid Gomes em 2006, 2010 e de seu sucessor, em 2014.

Ainda sobre as características do ferreiragomismo, Cleyton Monte afirma que o grupo guarda semelhanças com o carlismo bahiano, mas que sua particularidade se encontra justamente na ambiguidade ao conciliar práticas e discursos tradicionais e modernos. Embora não apresentem um projeto político claro e bem delimitado ou se identifiquem organicamente com bandeiras ideológicas, “são políticos profissionais, oriundos da classe média urbana, que se subordinam à gramática nacional hegemônica, marcham juntos e seguem o posicionamento de lideranças consolidadas, primando pelo pragmatismo em suas estratégias” (Monte, 2020, p. 39).

Em trabalho sobre a transição de ciclos políticos longevos, analisando a transição de governo no Ceará em 2014, Rejane Carvalho (2014) sugere a “dissolução da hegemonia cidista” a partir da eleição de seu sucessor, Camilo Santana (PT). A pesquisadora advoga a tese de que o perfil personalizado do grupo associado a dependência de uma coalizão de governo extensa (portanto, difícil de gerenciar), escondem a sua fragilidade, uma vez que, impedido pela legislação de concorrer novamente à reeleição (terceira consecutiva) e sem perspectivas sólidas de manutenção do controle da máquina do Estado, o governador em fim de mandato perderia sua capacidade de coordenação do grupo. Embora coerentes e considerando o contexto de queda da avaliação positiva do governo⁸ e perda de aliados com capital político próprio (Eunício Oliveira), as previsões de Carvalho parecem ter se confirmado com atraso de oito anos.

O ferreiragomismo pós-2014: alianças, disputas eleitorais e transição de ciclos políticos

A sucessão ao governo em 2014 impôs ao grupo e, em particular, aos irmãos Cid e Ciro Gomes (PROS), a difícil tarefa de manutenção da base política. A disputa interna pela indicação aos principais postos nas chapas majoritárias movimentou os bastidores da política estadual, com aliados de outras legendas sinalizando a disposição para concorrer ao executivo estadual. Caso do então senador Eunício Oliveira (PMDB) que, em evento público, ao ser questionado sobre a sucessão ao governo do estado, chegou a declarar que “agora é a vez dos aliados”.

⁸ Segundo levantamento Datafolha, a avaliação positiva de Cid Gomes caiu 19 pontos percentuais entre novembro de 2010 e agosto de 2014. Saindo de 65% de ótimo e bom no final do primeiro mandato para 46%, no final do segundo mandato.

A opção de Cid Gomes (na época filiado ao PROS) em não concorrer ao senado, permanecendo no cargo de governador, revelava o esforço em manter o controle sobre o processo sucessório além de ampliar as alternativas de acomodação dos aliados na chapa governista. Por sua vez, a resistência a indicação de Eunício Oliveira (PMDB) ao governo cearense sugeria que sua potencial vitória não seria tributada ao antecessor, uma vez que o pemedebista possuía base eleitoral própria e o apoio de Lula, cabo eleitoral influente no Ceará. Ciente de sua condição de competitividade, Eunício Oliveira rompe com o governismo e lança-se candidato ao governo cearense numa composição com o PR.

Os nomes na chapa governista só foram conhecidos nos últimos dias de convenções partidárias após intensa negociação para acomodação dos aliados. A aliança com o PT e Lula foi mantida, e a indicação de Camilo Santana (PT), numa composição com Izolda Cela (PROS), resolveu parte dos problemas do grupo: a chapa PT-PROS inviabilizava a utilização da imagem (e apoio) de Lula à candidatura de Eunício Oliveira, que se mostrava competitiva, e reafirmava o alinhamento com o governo federal. Além disso, a indicação de Camilo, cuja trajetória política derivava da proximidade com Cid Gomes, era a garantia de fidelidade e continuidade do grupo ferreiragomista à frente do executivo cearense. Em que pese ter exercido o cargo de secretário nos governos Cid e ser eleito deputado estadual em 2010, Camilo não era amplamente conhecido pelo eleitorado cearense, portanto, “dependente” do capital político e das bases de seu fiador. Assim, uma eventual vitória do PT ao governo estadual representaria antes a força de Cid Gomes e do ferreiragomismo.

Observa-se que em todo o período analisado nesse trabalho, e mesmo antes, a partir de 2005, quando o perfil eleitoral do nordeste “vira” favoravelmente à esquerda (especificamente ao PT), a opção em manter a aliança com o governo federal (petista), ainda que contrariando seu partido, parece se impor como condição de sobrevivência do grupo ferreiragomista. Nesses casos, a solução acontecia via migração partidária, como observado nas mudanças dos irmãos Cid e Ciro Gomes do PPS para o PSB, em 2005; do PSB para o PROS, em 2013; e, finalmente para o PDT, em 2015. É válido lembrar que as (não raras) mudanças partidárias dos irmãos revelam antes a busca por espaços que lhes ofereçam melhores oportunidades, preservando autonomia e alianças com parceiros estratégicos, que fidelidade programática a partidos. O que justifica, por exemplo, a aliança com o PT mas nunca filiação a ele.

Como previsto, a vitória de Camilo Santana – em segundo turno com 53,35% de votos – foi creditada a Cid Gomes (PROS). E embora a chapa governista não tenha eleito seu

candidato ao senado⁹ em 2014, obteve desempenho expressivo nas eleições proporcionais. Para a Câmara Federal, o governismo conquistou 15 das 22 cadeiras em disputa, com o PROS elegendo três parlamentares. Para a ALECE, a situação somou 30 cadeiras de um total de 46, com a maior bancada do PROS (12 parlamentares). Considerando o modelo de organização do ferreiragomismo – caracterizado pela centralização decisória na cúpula, concomitante ao compartilhamento de espaços de poder entre aliados – e o risco de perda de controle sobre a máquina pública, uma vez que a chefia do executivo estadual passou a ser ocupada por outra sigla, é notável o esforço pela ampliação do peso partidário de sua legenda. Tal estratégia visou tornar o PROS politicamente “indispensável” à governabilidade, assegurando-lhe posição central nos processos de negociação e definição de candidaturas nos períodos eleitorais. Nesse contexto, entre 2014 e 2022, primeiro o PROS, depois o PDT consolidou-se como a principal força partidária no Ceará tanto a nível de prefeituras quanto de espaço no parlamento.

A frente do executivo cearense, Camilo Santana deu continuidade ao legado do antecessor, mantendo as políticas de equilíbrio fiscal e investimentos sociais, com destaque para a melhoria dos indicadores de educação e investimentos na área de segurança pública. A lógica aliancista ferreiragomista foi mantida, com uma coalizão governista ampliada e a reconstrução da parceria política com Eunício Oliveira (PMDB), na época presidente do senado e importante interlocutor com o governo federal, sob a presidência de Michel Temer (PMDB) após o impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2016. Apesar de governador bem avaliado, Camilo trabalhou para manter o arco de alianças sem, no entanto, construir uma base política própria, conservando acordos construídos por Cid Gomes e do grupo ao qual fazia parte.

A filiação em massa do grupo ferreiragomista ao PDT, em 2015, configurou-se como uma demonstração expressiva de força política, na medida em que promoveu o esvaziamento do PROS e alçou o PDT à condição de maior bancada na ALECE (12 parlamentares), além de reunir um contingente significativo de prefeitos e vereadores. Tal capacidade de mobilização consolidou-se nas eleições municipais de 2016, quando o partido alcançou o melhor desempenho no estado, conquistando 49 prefeituras, entre as quais Fortaleza, principal colégio eleitoral do estado, com a reeleição de Roberto Cláudio (PDT). Em contraste, apesar de ocupar o governo estadual, o PT obteve desempenho mais modesto no pleito, elegendo 15 prefeitos.

⁹ Tasso Jereissati (PSDB) foi eleito com 57,91% dos votos para a única vaga ao senado, contra 39,37% de Mauro Filho (PROS). Para entender a disputa senatorial em 2014, ver trabalho de Rejane Carvalho e Monalisa Torres: A vitória de Tasso Jereissati para o Senado em 2014 e a polêmica questão das “bases eleitorais” (2015).

A coordenação da candidatura à reeleição de Camilo Santana (PT) em 2018 coube a Cid Gomes (PDT) e Nelson Martins (PT), que articularam a maior coligação da história do Ceará desde a redemocratização, sendo constituída por 24 partidos de diferentes matizes ideológicas. O que esvaziou a oposição, superando em envergadura (e força) as composições montadas por Tasso Jereissati (PSDB) no auge de seu poderio no estado. Nossa hipótese é de que a despeito de um governo em fim de mandato bem avaliado, o cenário nacional era incerto: ainda que desgastado, o PT manteve a candidatura presidencial mesmo com Lula preso; o PDT, seu histórico aliado, apostando na postulação de Ciro Gomes, seu maior ativo e uma disputa que se apresentava bastante fragmentada. Portanto, fazia-se imperioso garantir a vitória e um cenário favorável a governabilidade de Camilo e de manutenção do ferreiragomismo no Ceará.

Assim, a composição ao executivo foi mantida – com Camilo Santana (PT) e Izolda Cella (PDT). Na chapa senatorial, a primeira vaga foi ocupada por Cid Gomes (PDT). Restava a briga, entre os aliados, pela segunda indicação, que foi decidida por interferência pessoal de Camilo em favor de Eunício Oliveira (MDB). Assim, o PT abria mão a reeleição de seu partidário, Pimentel, para apoiar informalmente Eunício. Havia ainda o impasse da disputa presidencial, com Ciro Gomes (PDT) candidato à presidência, forçando a montagem de um “palanque híbrido” no Ceará.

O resultado das eleições de 2018 sinalizava significativas mudança no quadro de forças no Ceará. A nível estadual, Camilo Santana sagrou-se vencedor numa eleição pouco competitiva, sendo eleito em primeiro turno com 79,96% dos votos. Cid Gomes (PDT) conquistou a primeira vaga ao senado, com 41,62% de votos e pela oposição, surfando na onda bolsonarista, Eduardo Girão (PROS) conquistou a segunda vaga (17,09%). Para as casas legislativas, o PDT cearense superou todas as legendas, com saldo de 6 cadeiras na Câmara Federal e 14 na ALECE. Na disputa presidencial, Ciro Gomes (PDT) foi campeão de votos no primeiro turno das eleições no Ceará, obtendo 40,95% dos votos, dando mostras de que o grupo ferreiragomista ainda tinha força (e votos) no estado.

A vitória de Jair Bolsonaro (PSL) à presidência representou a ruptura de um importante elo na rede política articulada pelo ferreiragomismo até então: o governo federal. Sem esse poderoso aliado e considerando a guinada assumida por Ciro, em oposição ao petismo, as dificuldades de manutenção do grupo se tornaram mais explícitas. Ainda assim, em 2020, o PDT ampliou sua presença no estado com a eleição de 65 prefeitos, entre eles, José Sarto (PDT) em Fortaleza, onde o grupo ensaiou uma “frente antibolsonarista” numa composição que

enfrentou Capitão Wagner (PROS) num segundo turno competitivo. Somado a isso, outros episódios críticos ocorridos entre 2018 e 2022 fortaleceram o governador, que ganhou protagonismo frente aos aliados. Guardadas as devidas proporções, tanto o motim da Polícia Militar do Ceará (PM) quanto a pandemia por Covid19 testaram a capacidade de gerenciamento de crise, fortalecendo o capital político de Camilo Santana, projetando-o nacionalmente. As eleições de 2022 funcionaram como espécie de teste de força.

Camilo Santana optou por disputar a única cadeira ao senado e ter influência direta sobre a sua sucessão. Para a manutenção da base aliada, uma das teses postas foi a de apoio a candidatura da governadora em exercício, Izolda Cela (PDT). Nome de confiança de Camilo, próxima a Cid Gomes e de consenso dentro da base governista, uma vez que, pelas regras eleitorais, ela só poderia concorrer àquela eleição. Assim, a disputa pela indicação de nomes à sucessão seria “adiada por 4 anos”, momento em que o grupo redefiniria os espaços a serem ocupados por cada aliado. No entanto, em virtude de uma nova postulação à presidência e interessado em construir uma candidatura descolada de qualquer vinculação ao PT e livre dos constrangimentos da reprise de um “palanque híbrido”, Ciro Gomes (PDT) defendeu a indicação do ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio (PDT) e não aceitou a intervenção de Camilo sobre as deliberações pedetistas, defendendo uma candidatura independente do PDT ao governo do estado.

Naquele momento, a implosão do grupo ferreiragomista tornou-se inevitável tendo em vista as discordâncias insanáveis entre alas do grupo sobre a permanência ou não da aliança com o PT. Lideranças próximas a Camilo e Cid defendiam a manutenção da aliança, enquanto seguimentos mais identificados com Ciro entendiam necessário a construção de palanque independente. A despeito das decisões serem tomadas pelo núcleo duro ferreiragomista, pela própria configuração do grupo, não é possível ignorar por completo os interesses e pesos dos aliados dentro da composição, o que tornava difícil também a construção de um “sucessor natural”. Além disso, o rompimento entre os irmãos, principais gerentes do conglomerado partidário, forçou o reposicionamento de toda a cadeia de aliados. Por fim, a perda de aliados poderosos reduzia ainda mais a capacidade de acesso à máquina pública.

Uma vez desfeito a aliança PT-Ferreira Gomes, tantas vezes vitoriosos no Ceará, Camilo assumiu a função de articulador político do PT e do governismo, atraindo lideranças, costurando acordos e atuando como principal fiador da candidatura de Elmano de Freitas (PT), sua escolha pessoal para a disputa ao governo estadual. Com o slogan “Ceará três vezes mais forte”, Camilo

Santana foi eleito senador com votação expressiva (69,80% dos votos) além de eleger, em primeiro turno, Elmano de Freitas (54,02% de votos). Vitória tributada a Camilo Santana. Cid Gomes (PDT), contrariado em sua intenção de manutenção da aliança com o governismo, optou por se ausentar da campanha, deixando a articulação política da candidatura pedetista sem seu maestro. Fato que impactou diretamente na candidatura de seu correligionário, Roberto Cláudio (PDT) e do irmão, Ciro Gomes (PDT).

Em que pese o desempenho expressivo do PDT nas eleições proporcionais, elegendo as maiores bancadas tanto para a Câmara Federal quanto para a ALECE, 5 e 13 cadeiras, respectivamente; as fraturas entre a base aliada já estavam expostas. Aliados de ontem acusando-se de “infidelidade” e “perseguição”. Por um lado, os postulantes ao executivo estadual e federal, Roberto Cláudio (PDT) e Ciro Gomes (PDT), respectivamente, reclamavam da falta de apoio de correligionários. Por outro, parlamentares pedetistas denunciando “perseguição” e “ausência de suporte” do partido às suas postulações não deixavam dúvidas de que o ferreiragomismo havia se tornado nau sem rumo. O momento, portanto, era de redefinição de cálculo e acomodação de forças. O PT, sob a liderança de Camilo Santana saía mais fortalecido como nunca antes no Ceará, pleiteando, portanto, mais espaços de poder.

Em fevereiro de 2024, Cid Gomes anunciou seu retorno ao PSB. O movimento inflacionou a sigla que passou de 8 para 61 prefeituras. Nas disputas municipais daquele ano, a configuração de poder também foi drasticamente alterada: o PSB consolidou-se como força partidária elegendo o maior número de prefeitos, 65 no total, mesmo número alcançado pelo PDT no pleito anterior. O PT, a partir da atuação de Camilo Santana, obteve seu melhor desempenho em 40 anos: ampliou sua participação para 46 prefeituras, incluindo Fortaleza, com a vitória de Evandro Leitão (PT), recém egresso das fileiras pedetistas. O PDT encolheu, elegendo apenas cinco prefeitos e, após a derrota de José Sarto na capital, perdeu outros quadros de densidade eleitoral, como Roberto Cláudio que se desfilou da sigla. O novo cenário indicou alteração no quadro de forças políticas no estado.

Mais recentemente, no contexto da janela partidária, observou-se novo redesenho do quadro político do Ceará com a migração de um contingente expressivo de parlamentares. O maior movimento ocorreu nas fileiras pessebistas, impulsionado pela liderança de Cid Gomes (PSB) e pela estratégia de consolidar a legenda como a principal força partidária no estado. O PSB ampliou sua representação, alcançando 11 parlamentares na ALECE e três na Câmara dos Deputados. Paralelamente, Ciro Gomes que havia retornado ao PSDB, sua antiga agremiação,

com o objetivo de reorganizar a oposição no campo à direita e sinalizando sua candidatura ao governo estadual, impulsionou movimento de atração ao partido, que expandiu sua bancada, passando a contar com sete deputados estaduais, a terceira em tamanho na ALECE. Tais deslocamentos, motivados, em grande medida, pela busca por melhores condições de competição eleitoral também impulsionaram a reconfiguração em outras siglas, caso do PT, que encerrou o período com dois deputados federais, após a saída de Luizianne Lins (que migrou para a REDE na expectativa de concorrer a uma das cadeiras ao senado), mas preservou o tamanho de sua bancada na ALECE, com nove parlamentares. A maior baixa ocorreu no PDT, que viu suas bancadas federal e estadual reduzidas a um parlamentar, em cada Casa.

Até o momento da escrita desse texto, os movimentos dos irmãos Ferreira Gomes são esperados com grande expectativa. Do lado governista, Elmano de Freitas (PT) ainda é um governador sem marca própria, com a sua candidatura a reeleição sendo colocada em suspeição tanto por adversários quanto por aliados que veem Ciro Gomes (PSDB) como adversário competitivo. Levantamentos realizados pelo Datafolha (23/03) e QUAEST (30/03), apontam a liderança de Ciro Gomes a corrida ao governo cearense com 47% e 41% de intenção de votos contra 32% de Elmano de Freitas, respectivamente. Camilo Santana (PT) foi acionado pelo partido para atuar como articulador político no Ceará, mas já se colocando “à disposição do partido, caso seja convocado”. O que alimentou as especulações sobre a “substituição de Elmano” caso o favoritismo de Ciro Gomes se confirme. Governistas e oposição ainda formatam as chapas majoritárias, numa disputa por construção de alianças que lhes garantam mais espaços de poder e recursos para a competição que se avizinha.

Embora não haja, até o momento, uma definição acerca das candidaturas, alguns nomes já se apresentam como alternativas no cenário em disputa. Entre eles, destaca-se Eunício Oliveira (MDB), que pleiteia uma das vagas ao Senado pela chapa governista. No campo da esquerda, Luizianne Lins (REDE) também figura como possível candidatura, com a perspectiva de apoio do governador Elmano de Freitas (PT). No interior do PSB, Cid Gomes tem sido mencionado como candidato à reeleição ao Senado, ainda que venha sinalizando esforços em favor da candidatura do correligionário Júnior Mano. Considerando seu elevado nível de intenção de voto (56% segundo o Datafolha e 17% na Quaest), a eventual confirmação de sua candidatura à reeleição tende a restringir a disputa pela segunda vaga, tanto no campo governista quanto na oposição. Neste último, as articulações envolvendo PSDB, PL e a federação União Brasil/PP permanecem indefinidas, embora haja especulações quanto à

destinação das vagas: uma ao União Brasil, possivelmente com o nome de Capitão Wagner, e outra ao PL, com Pastor Alcides Fernandes. Ademais, o bloco oposicionista aguarda a definição de Ciro Gomes (PSDB) quanto formatação da chapa que deverá concorrer ao governo cearense, uma vez que o tucano já confirmou que será candidato ao Palácio da Abolição.

Parafraseando Rejane Carvalho (2014), entendemos que a “dissolução da hegemonia ferreiragomista” inicia de fato em 2018, momento no qual os elementos que sustentam o grupo começam a ruir, insinuando uma transição de ciclos políticos, a saber: a perda do controle da máquina pública e da aliança com o governo federal, o rompimento do núcleo duro com o desentendimento entre os irmãos Cid e Ciro Gomes e a ausência de um “sucessor” que renove e dê continuidade ao legado do grupo.

Considerações inconclusivas

Estudar o grupo ferreiragomista não é uma tarefa fácil. Analistas políticos e teóricos anteciparam a possível dissolução das bases políticas e eleitorais ligadas ao grupo liderado pelos irmãos Ferreira Gomes já em 2014, como consequência do encerramento do mandato de Cid Gomes e sua opção por não disputar cargo eletivo. Sinais de esgotamento da força do grupo foram observadas nas eleições subsequentes sem, no entanto, tornar plausível decretar o ocaso do grupo ou a emergência de um outro. As eleições de 2026, por sua vez, têm se configurado pela dinâmica de reposicionamento de lideranças e pelo fortalecimento do PT, do PSB e o ressurgimento do PSDB no Ceará.

No plano estadual, o PT, desprovido de capital político-eleitoral suficiente para disputar de forma autônoma o Executivo cearense e priorizando a arena nacional, optou por integrar a coalizão liderada por Cid e Ciro Gomes nos pleitos de 2006 e 2010. Em 2014, ainda que formalmente ocupando a cabeça da chapa majoritária ao governo do estado, a aliança com o PDT configurou-se menos como uma estratégia orgânica partidária e mais como uma decisão centralizada em Cid e Ciro Gomes, na medida em que tal arranjo inviabilizava o apoio de Lula à candidatura de Eunício Oliveira (MDB). A escolha de Camilo Santana (PT) como candidato à sucessão expressou de modo emblemático essa engenharia política, evidenciando a persistente centralidade dos irmãos Ferreira Gomes nos processos decisórios do grupo. Por um lado, ao ceder ao PT o posto majoritário, assegurava-se a manutenção da aliança com o governo federal e bloqueava-se, do ponto de vista político-eleitoral, a exploração da proximidade entre Eunício

Oliveira e Lula; por outro, preservava-se o controle do Executivo estadual por meio de uma liderança alinhada, capaz de garantir a continuidade do projeto político em curso — arranjo cuja estabilidade seria tensionada apenas em 2022.

A resiliência demonstrada pelos irmãos Ferreira Gomes, agora posicionados em polos opostos da disputa, representa uma tentativa de continuidade do grupo, ainda que em condição de cisão, ou sinaliza o ocaso de uma organização suprapartidária que figurou entre as mais relevantes do Nordeste? Em outros termos, pode-se afirmar o esgotamento do ferreiragomismo enquanto arranjo político? E, em caso afirmativo, quais de seus desdobramentos persistem: uma clivagem entre “cidismo” e “cirismo” ou, sob os escombros do que foi o ferreiragomismo, a emergência de um novo ciclo político, agora sob a liderança petista de Camilo Santana? Tais questões permanecem em aberto e poderão encontrar elementos de resposta a partir dos resultados eleitorais de 2026.

Na hipótese de êxito dos projetos em disputa, com Cid Gomes logrando ampliar a representação do PSB nas casas legislativas e Ciro Gomes alcançando o Executivo estadual, cabe indagar se as divergências persistiriam ou se haveria condições para uma recomposição do ferreiragomismo, ancorada no controle do Executivo, na maioria na ALECE e forte bancada federal. Cumpre ressaltar que estas reflexões não pretendem um exercício de futurologia, mas integram um esforço analítico mais amplo voltado à compreensão das características, ambiguidades e padrões de atuação das elites políticas cearenses. Nesse sentido, análises futuras, à luz dos resultados eleitorais em 2026, poderão oferecer maior densidade interpretativa acerca do processo de transição das elites políticas no estado.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rejane. Eleições 2014: transição de ciclos políticos no Ceará? **Em Debate**, Belo Horizonte, v.6, n.5, p.23-36, set. 2014.

MONTE. Cleyton. Os Ferreira Gomes e as Eleições de 2006 a 2018: alianças e abalos de um ciclo político cearensense. In: SILVA, E. F.; FROTA, H. e SILVA, M. A. L.(Orgs) **Atores políticos e dinâmicas eleitorais**. Fortaleza: Edmeta, 2020.

MONTE, Cleyton. Notas sobre o conceito de grupo político: considerações sobre os Ferreira Gomes no Ceará. **Revista NEP**, Curitiba, v. 5, n. 2, dez. 2019.

TORRES, Monalisa; MONTE, Cleyton. As alianças nacionais e as novas configurações da política cearense: uma análise das estratégias dos Ferreira Gomes. In: (Orgs) CAMPOS, Marcos Paulo; SANDES, Vítor; SOUZA, Cláudio André. **Voto e política no Nordeste: mudanças regionais em um contexto de transformações nacionais**. EDUEPB: Campina Grande, 2025.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BORGES, André. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 167-188, fev. 2010.

CAMPOS, Marcos Paulo; SANDES, Vitor. Nota técnica 01/2026. **Observatório de Política no Nordeste – OPN**. Fortaleza, abril de 2026.

CARVALHO, Rejane. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39 n. 2, p. 22-43, 2008.

CARVALHO, Rejane; LOPES, Monalisa. Duelo entre Candidatos Poste: a campanha eleitoral pela prefeitura de Fortaleza em 2012. **Revista de Ciências Sociais**, n. 47, v. 2, p. 92-124, 2016.

COUTO, Cláudio. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 44, nov. 2012.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro. Estratégias coligacionais dos partidos de esquerda no Brasil. Uma análise das eleições para governadores (1986-2010). **CIVITAS**, Porto Alegre, 2010.

MELO, Carlos Ranulfo. Nau sem rumo? O sistema partidário brasileiro pós-redemocratização. **Revista USP**, São Paulo, n. 134, p. 75-90, jul./ago./set., 2022.

MONTE, Cleyton. **Os caminhos do poder no Ceará: a política de alianças nos governos Cid Gomes (2007-2014)**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

PARENTE, Josênio. Os partidos políticos e a democracia: uma reflexão a partir do caso cearense. In. AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny (Orgs.). **Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 210-220.

PETRARCA, Fernanda; OLIVEIRA, Wilson. O poder das famílias na política: das parentelas às redes de base familiar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 37, nº 81, 2024.

SANDES, Vitor. Processo de formação de governos: conciliando perspectivas teóricas para análise dos estados brasileiros. **BIB**, São Paulo, n.88, 2019, p. 1-22.

SANTANA, Luciana; SANDES, Vitor; TORRES, Monalisa. Eleições nos estados: coordenação eleitoral e formação de palanques presidenciais em 2022. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa (Orgs.) **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** São Paulo: Hucitec, 2022.

SILVA, Emanuel Freitas. Alianças e rompimentos eleitorais do “cidismo” no Ceará. **Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico de História, Culturas e Espacialidades (MAHCE)**, Vol. VIII, n. 15, jan./jun, 2020.

TORRES, Monalisa; PESSOA JÚNIOR, Raulino. (O)caso do MDB nas eleições de 2018 e a derrota de Eunício Oliveira ao Senado no Ceará. In: SILVA, E. F.; FROTA, H. e SILVA, M. A. L. (Orgs.) **Atores políticos e dinâmicas eleitorais**. Fortaleza: Edmeta, 2020.

Recebido em: 15 maio 2026.

Aceito em: 25 maio 2026.